

PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO

CURITIBA

2010

SUMÁRIO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO.....	4
EQUIPE DE ELABORAÇÃO.....	4
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
1.HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA NO PARANÁ.....	8
1.HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA NO PARANÁ.....	8
1.1.PANORAMA ATUAL	15
1.1.PANORAMA ATUAL	15
1.2.PRINCÍPIOS DO PROGRAMA	19
1.2.PRINCÍPIOS DO PROGRAMA	19
2.OBJETIVOS.....	21
2.OBJETIVOS.....	21
2.1.GERAL.....	21
2.1.GERAL.....	21
2.2.ESPECÍFICOS.....	21
2.2.ESPECÍFICOS.....	21
3.DIRETRIZES.....	23
3.DIRETRIZES.....	23
3.1.FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	23
3.1.FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	23
3.2.PESQUISA AGROECOLÓGICA.....	24
3.2.PESQUISA AGROECOLÓGICA.....	24
3.3.COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO.....	26
3.3.COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO.....	26
3.3.1.Mercado de Venda Direta.....	26
3.3.1.Mercado de Venda Direta.....	26
3.3.2.Mercado de Varejo.....	27
3.3.2.Mercado de Varejo.....	27
3.3.3.Mercado de Transformação.....	28
3.3.3.Mercado de Transformação.....	28
3.3.4.Mercado institucional.....	29
3.3.4.Mercado institucional.....	29
3.3.5.Mercado externo.....	29
3.3.5.Mercado externo.....	29
3.4.LEGISLAÇÃO.....	30
3.4.LEGISLAÇÃO.....	30
3.5.ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E CONSUMIDORES.....	31
3.5.ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E CONSUMIDORES.....	31

3.5.1.Organização dos agricultores.....	31
3.5.1.Organização dos agricultores.....	31
3.5.2.Organização dos consumidores.....	31
3.5.2.Organização dos consumidores.....	31
3.6.FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE.....	32
3.6.FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE.....	32
3.7 GESTÃO DO PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO.....	33
3.7 GESTÃO DO PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO.....	33
4GLOSSÁRIO.....	35
4GLOSSÁRIO.....	35

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

PARTICIPANTE	FORMAÇÃO	ENTIDADE
Adilson de Freitas Santos	Administrador	REDE ECOVIDA - Agricultor
Afonso Takao Murata	Agrônomo	UFPR Setor Litoral
Carla Beck	Agrônomo	FAEP/SENAR
Carlos Alberto Salvador	Agrônomo	SEAB/PR - DERAL
Carlos Eduardo Sicoli	Biólogo	EMBRAPA Floresta
Seoane		
Claudine Dinali Santos	Agrônomo	EMBRAPA Soja
Seixas		
Danilo Grapiuna Pereira	Agrônomo	TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
Dirk Cláudio Ahrens	Agrônomo	Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR)
Ednei B. do Nascimento	Agrônomo	SEAB/PR
Enio Neth de Goss	Sociólogo	Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)
Fábio Henrique Nunes	Estudante	UFPR/GEAE
Filipe Braga Farhat	Agrônomo	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)
Flávio Cardoso D'Angelo	Agrônomo	Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná (FETAEP)
Homero Amaral Cidade Júnior	Agrônomo	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Iniberto Hamerschmidt	Agrônomo	EMATER - Instituto EMATER
Ivo Barreto Melão	Agrônomo	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)
Jair Pelegrin	Administrador	Instituto Maytenus
João José Passini	Agrônomo	ITAIPU BINACIONAL
Jorge Guerra	Economista	SEIM
Júlio Carlos B. Veiga da Silva	Agrônomo	CPRA
Léia Rachel Castellar	Editoração eletrônica	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)
Luciano de Almeida	Agrônomo	UFPR
Luciano Escher	Bacharel	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)
Luis Mimbela Leyva	Agrônomo	Serviços Técnicos Agrários Ltda. (SETA)
Marcelo Passos	Técnico em Agroecologia	Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná (AOPA)
Márcia Marzagão Ribeiro	Agrônomo	UFPR Setor Litoral
Marcos Vinícius M. Redeschi	Zootecnista	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)
Marcos Antônio Baumgartner	Ciências Contábeis	Itaipu Binacional
Marco Aurélio Pereira Bueno	Biólogo	SEED/DFT
Mario Sfalcin Barbarioli	Agricultor	Rede de Agroecologia Eco-vida
Mauricio Tadeu Lunardon	Agrônomo	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)
Moacir Roberto Darolt	Agrônomo	Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR)

Nelson Adamowicz	Geógrafo	IAP
Paulo Henrique Lizarelli	Agrônomo	EMATER - Instituto EMATER
Otávio Batista da Silva	Administrador	SEIM
Renato da Silveira Kriek	Agrônomo	EMATER - Instituto EMATER
Robson Vilalba Reis	Sociólogo	Instituto Agroecológico
Rosângela de Almeida	Agrônoma	RIO DE UNA

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACOPA	Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná
ECOVIDA	Rede Ecovida de Agroecologia
AOPA	Associação da Agricultura Orgânica do Paraná
APOL	Associação dos Produtores Orgânicos de Londrina
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAB	Programa Cultivando Água Boa
CAPA	Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEAO	Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Paraná
CEDRAF	Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar
CNPOrg	Comissão Nacional de Produção Orgânica
COOPERA	Cooperativa de Consumidores de Produtos Integrais
CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
DEAGRO	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário
DERAL	Departamento de Economia Rural
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEAE	Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IVV	Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem-Terra
OGS	Organizações governamentais
ONGs	Organizações não-governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAG	Programa de Pesquisa em Agroecologia
PMISA	Programa Estadual de Manejo Integrado de Solo e Água
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Extensão Rural
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEIM	Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Mercosul
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SMAB

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de
Curitiba

UFPR

Universidade Federal do Paraná

TECPAR

Instituto de Tecnologia do Paraná

1 HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA NO PARANÁ

A agricultura de base ecológica no Paraná desenvolveu-se concomitantemente aos debates em curso em âmbito nacional. Um dos marcos ocorreu em 1981, em Curitiba, com a realização do Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), estimulado pelas manifestações críticas à modernização da agricultura, fundamentada na “revolução verde”, apontadas no 11.º Congresso de Agronomia em 1979, também realizado na cidade. Ao longo da década de 1980, um conjunto de iniciativas foi desencadeado visando promover o desenvolvimento da agricultura alternativa no Estado.

Na segunda metade da década de 1980, tais iniciativas se apresentaram mediante programas de cunho desenvolvimentista (PRORURAL) e conservacionista, como o PMISA, desenvolvidos pela SEAB, que visavam estimular métodos produtivos com atenção aos recursos naturais, como o solo e a água.

À época, destacam-se algumas iniciativas tanto do governo do Estado como da sociedade civil. Do lado das iniciativas governamentais, cabe destacar a ação da SEAB, do IAPAR e da ACARPA-EMATER. No ano de 1981, o trabalho da extensão rural em Agudos do Sul, pequeno município localizado a 60 quilômetros ao sul de Curitiba, considerou a agricultura orgânica e biodinâmica como uma estratégia de desenvolvimento local, envolvendo a organização de alguns produtores.

Na oportunidade, a ACARPA-EMATER, empresa de extensão rural pública oficial, apoiou o trabalho de técnicos locais com uma associação de agricultores voltados à conversão da produção de olerícolas do sistema convencional ao sistema de produção biodinâmico. Foram desenvolvidos trabalhos com sementes crioulas, melhoria do padrão genético dos animais de tração e integração de agricultores orgânicos com grupos organizados de consumidores, através de cestas orgânicas entregues a trabalhadores de uma empresa (Paraná Equipamentos) que apoiava a proposta.

Toda a comercialização da produção se dava por meio da venda direta de cestas ou sacolas, entregues principalmente para grupos de consumidores de algumas instituições públicas, como a própria SEAB, a EMATER e o IPARDES. Neste período, os trabalhos foram apoiados pelos programas existentes, como o PMISA e com recursos de um programa de agricultura alternativa.

Entre as ações da sociedade civil, foi relevante a fundação do GEAE, em 1981, por alguns alunos e professores da faculdade de Agronomia da UFPR, voltado a promover o debate sobre a temática. Como decorrência desta experiência, alguns membros do grupo se envolveram diretamente na produção de alimentos orgânicos, especialmente hortaliças, os quais eram comercializados por meio da venda direta de sacolas, da entrega em domicílio e da venda em restaurantes naturais e vegetarianos; ainda, na época, organizou-se a COOPERA, fundada em 1985, em Curitiba, com membros do movimento antroposófico, no intuito de aproximar consumidores e produtores. Ainda em 1985 ocorreu na cidade de Curitiba o 1.º Congresso Brasileiro de Agricultura Biodinâmica, que oportunizou a união de diversos setores governamentais, não-governamentais e de produtores, consolidando os princípios filosóficos desta agricultura.

O ano de 1989 representou um marco no processo, particularmente na região de Curitiba, quando, a partir de atores da sociedade civil, iniciou-se o que hoje se conhece como Feira Verde de Produtos Orgânicos. A primeira barraca de venda direta de produtos orgânicos foi instalada ao lado da Feira de Artesanato de Curitiba, realizada aos domingos pela manhã, no Largo da Ordem, região central da cidade.

Entre 1989 e 1995, vários agricultores juntaram-se à iniciativa, sendo que a feira representava o principal tipo de mercado para a comercialização dos produtos, os quais eram garantidos pela relação de confiança entre agricultor e consumidor. Cabe destacar que várias propriedades de agricultores eram certificadas, na época, pelo IBD.

Em 1991, parte daqueles que participaram da criação do GEAE fundou o IVV, com sede em Curitiba, com dois objetivos principais: prestar assessoria técnica a projetos em agricultura orgânica no Paraná e estimular o Estado a desenvolver políticas públicas para tal segmento. Naquele ano, iniciou-se um processo de articulação e organização em torno da agricultura orgânica na RMC. Assim, alguns membros do IVV de Curitiba, os agricultores da Feira Verde e lideranças somando mais de 60 pessoas, reuniram-se na prefeitura do município de Quatro Barras, na RMC, apoiados pelo técnico do escritório local do EMATER do município, para discutir propostas e ações. Como resultado destas discussões foi criada a AOPA, para apoiar prioritariamente a comercialização dos produtos orgânicos, por meio de

linhas de crédito específicas do banco oficial (Banestado), e dar forte apoio de subsídios aos programas estruturados.

Os resultados fizeram-se sentir em 1991, quando a Feira Verde foi oficialmente criada e obteve o financiamento da SEAB/EMATER para a instalação de oito barracas, que reuniam quinze famílias de agricultores. Em março de 1995, após várias negociações, a SMAB destinou à Feira Verde um dia e local específicos. A feira passou então a funcionar dentro do Passeio Público, aos sábados pela manhã. Para lá, transferiram-se 10 barracas, reunindo a produção de cerca de 30 famílias de agricultores, de diferentes municípios da RMC.

Ainda como resultado das ações daquele grupo, o IVV e o Governo do Paraná, através da SEAB e suas vinculadas EMATER e IAPAR, estabeleceram um convênio para o desenvolvimento de ações voltadas à produção orgânica, dentro do Programa Paraná Rural, continuidade do PMISA. Além da relação com o nível estadual, outros convênios se deram entre o IVV e algumas prefeituras, tanto na RMC (com o sistema de olericultura) como na região do Norte Velho (açúcar mascavo, maracujá e acerola), no centro (plantas medicinais) e na região Sudoeste (soja).

A intensificação do movimento verde na agricultura brasileira tem outro destaque com a realização, em 1998, do II Seminário Nacional da Agricultura Orgânica em Curitiba, quando foi criado o CEAO, por iniciativa dos atores da sociedade civil e das instituições governamentais envolvidos com a temática. A composição desse conselho era paritária, sendo formado por cinco representantes de instituições governamentais, entre eles a SEAB, SEMA, EMATER, IAPAR, e outras cinco entidades não-governamentais: AOPA, CAPA, ASSESOAR, APOL e a empresa Terra Preservada. O CEAO, visando institucionalizar sua atuação, colaborou na proposição do Projeto de Lei n.º 013/2000.¹

Em 1999, quando o Ministério da Agricultura instituiu a Instrução Normativa n.º 007/99, criou-se a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e havia a previsão de criação dos colegiados estaduais (CPOrg) pelas Delegacias Estaduais do Ministério da Agricultura. No Paraná, o mesmo não teve a necessidade de ser

¹ Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná (CEAO), órgão normativo, deliberativo e regulador da política agrícola estadual para a agricultura orgânica, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

criado, pois à época estava em funcionamento o CEAO, que cumpria as funções previstas pela IN 007/99. O CPOrg-PR só foi criado oficialmente após a promulgação da Lei 10.831, em 2003, que regulamenta a agricultura orgânica no país, e a pauta do CEAO foi assumida por essa instância. O CPOrg-PR é desde então coordenado pela Superintendência Federal da Agricultura no Paraná, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e conta com a participação de instituições governamentais estaduais e entidades não-governamentais representantes dos agricultores orgânicos do Estado. O efetivo funcionamento desta comissão ocorre a partir de 2009.

No ano 2000, de parte da sociedade civil organizada, foi fundada a ACOPA, com o objetivo de divulgar os alimentos orgânicos, as práticas de alimentação saudável e de comércio justo e solidário para os consumidores. A ACOPA é uma organização independente que realiza estratégias de aproximação entre consumidores e produtores ecológicos, buscando a melhoria da qualidade de vida dos consumidores, a permanência dos agricultores no campo com dignidade e a manutenção da paisagem e do meio ambiente.

Em 2003, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná inicia um programa de formação de técnicos em Agroecologia em parceria com os Movimentos Sociais do Campo, como a AOPA, ASSESOAR, MST e Via Campesina. Também no mesmo ano, a implantação do programa Cultivando Água Boa (CAB) se deu a partir de ampla parceria; e o projeto de Agricultura Orgânica ganhou ênfase e impulso, por se encaixar perfeitamente na proposta socioambiental da Itaipu de conservação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar, produção sustentável e alimentação saudável.

Em 2004, foi criado o Núcleo de Agroecologia da Escola Técnica, que coordena a formação de técnicos e tecnólogos em Agroecologia em parceria com as escolas dos movimentos, em Francisco Beltrão, São Miguel do Iguaçu, Maringá, Cantagalo, Rio Bonito do Iguaçu e Lapa, numa iniciativa de formação descentralizada, fora da RMC. Concomitantemente, o IAPAR criou o PAG, com a finalidade de congrega e coordenar ações de pesquisa, visando promover sistemas sustentáveis de produção agroecológica, incluindo a orgânica. Com tal missão, atua junto aos projetos de pesquisa, promovendo e estimulando a proteção da biodiversidade dos agroecossistemas, respeitando os ciclos biológicos e

favorecendo a atividade biológica do solo. Além disso, busca a redução no uso dos insumos e produtos externos, priorizando métodos que recuperem, mantenham e promovam o equilíbrio dos sistemas, considerando as diferentes dimensões da sustentabilidade.

Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Educação e Trabalho, oferta desde 2004 o curso Técnico em Agroecologia no Colégio Agrícola Getúlio Vargas, localizado em Palmeira, região dos Campos Gerais.

A certificação de produtos orgânicos no Tecpar teve início em 2004, com o objetivo de atender prioritariamente o pequeno agricultor e garantir ao consumidor a oferta de produtos cultivados organicamente, preservando o meio ambiente, o trabalhador e a qualidade do alimento de acordo com as normas e práticas da agricultura orgânica.

Na Embrapa Soja, situada na cidade de Londrina, várias linhas de pesquisa, compatíveis com os princípios da agricultura orgânica, têm sido desenvolvidas, tais como controle biológico, fixação biológica de nitrogênio, cultivares de soja para alimentação humana, manejo alternativo de doenças, fontes alternativas de nutrientes, manejo alternativo de plantas espontâneas. É importante destacar a criação do Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar em 2005, reunindo todos os pesquisadores da Embrapa Soja que já trabalhavam ou que tinham interesse em trabalhar com temas voltados à Agroecologia. Em 2008, o nome foi alterado para Núcleo de Agroecologia.

Em 2005, foi criado o primeiro curso regular em Técnico em Agroecologia do Brasil, ofertado pela UFPR Setor Litoral, com o propósito de desenvolvimento agrário sustentável da região litorânea do Paraná, com Projeto Político Pedagógico inovador objetivando a formação de um profissional diferenciado.

Outro marco importante, em 2005, foi a criação do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), pela Lei Estadual n.º 14.980, de 28/12/2005, com a missão de divulgar, apoiar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis, baseados nos preceitos da agroecologia.

A partir de 2005, percebe-se um aumento significativo de diferentes ações para o desenvolvimento de mercados orgânicos. A venda direta por meio das feiras

agroecológicas teve um crescimento expressivo – foram computadas 24 feiras exclusivas de orgânicos no Paraná, sendo 10 em Curitiba.

Em 2006, a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, em parceria com os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia, apresentou o "Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção", de modo a incentivar a produção e consumo de produtos originários da agricultura de base ecológica.

Desde 29 de dezembro de 2007, pelo Decreto n.º 6.323, a agricultura orgânica no Brasil passou a ter critérios para o funcionamento de todo o seu sistema de produção, regulamentando a Lei Federal n.º 10.831/03. Esta exige o selo de certificação para todos os produtos que contenham a denominação de orgânico, incluindo as fases de produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização (PLANETA ORGÂNICO, 2010).²

Por parte da extensão rural, em 2007 a EMATER criou um Grupo de Estudo e Trabalho em Agroecologia, composto por 17 técnicos, com a finalidade de difundir os conceitos de agroecologia, identificar necessidades de capacitações e oportunidades e áreas de atuação, visando fazer da agroecologia a nova matriz tecnológica da EMATER, de acordo com as PNATER/MDA.

A evolução destas ações culminou com a criação oficial da área temática da Agroecologia, a qual coordena e orienta as ações, hoje, de 50 extensionistas mais especializados e distribuídos em todo o Estado do Paraná, que atuam mais intensivamente neste campo do conhecimento e nas suas interfaces, assessorando direta e indiretamente os agentes de assistência técnica e extensão rural, e aproximadamente 3 mil agricultores familiares e 71 organizações.

Também em 2007, diante da necessidade de congregar os diversos órgãos governamentais e da sociedade civil, foi apresentada proposta junto ao CEDRAF para a criação da Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e Agroecologia, cujo objetivo é difundir e coordenar as políticas públicas do setor.

Outro fato marcante em 2007 foi a acreditação internacional da IFOAM, recebida pelo Tecpar, possibilitando um diferencial e maior credibilidade ao seu serviço de certificação.

² PLANETA ORGÂNICO. Publicada a regulamentação dos orgânicos no Brasil. Disponível em: <www.planetaorganico.com.br/decreto6323.htm>. Acesso em: 09 mar. 2010.

Ainda em 2007, o recém-inaugurado Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, instalado em Pinhais (RMC), iniciou a oferta do curso técnico em Agropecuária com o enfoque voltado para a produção orgânica e/ou agroecológica. Este curso tem atendimento prioritário aos filhos de pequenos agricultores familiares moradores dos municípios localizados no Vale do Ribeira, Campina Grande do Sul, Colombo, Pinhais e Quatro Barras.

Em 2008, por meio do convênio firmado entre a SEED e a ARCAFAR-Sul, inicia-se a oferta do curso técnico em Agroecologia nas Casas Familiares Rurais de São Mateus do Sul e Pinhão, hoje estendidas para a CFR de São Jorge do Oeste.

O Departamento de Educação e Trabalho instituiu na matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária das 18 escolas agrícolas, mantidas pela Secretaria de Estado da Educação, uma disciplina específica de 160 horas, voltada para as práticas agroecológicas, denominada Fundamentos de Agroecologia, com o objetivo de estimular e apoiar a utilização de práticas agrícolas mais sustentáveis, como também a realização de parcerias para o desenvolvimento de estágios dos estudantes com orientações voltadas para estas práticas. Assim, o perfil esperado dos educandos durante o ensino médio integrado nos Colégios Agrícolas é: “O Técnico em Agropecuária será capaz de perceber de maneira sistêmica as implicações sociais, econômicas, ambientais, políticas e técnicas de sua atuação profissional, agindo para detectar os problemas e aplicar as soluções técnicas, de forma suficientemente criativa, sustentável, rápida e coerente com a realidade rural. Atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentado em princípios de desenvolvimento sustentável”.

Estas ações educativas da rede estadual de ensino profissional já possibilitaram a formatura até o momento de 80 Técnicos em Agroecologia no CAE Getúlio Vargas, e de 26 no CEEP Newton Freire Maia.

Em 2008, a UFPR Setor Litoral encerra as atividades do curso Técnico em Agroecologia, o qual é substituído pelo curso superior de Tecnologia em Agroecologia, que já consta no catálogo de cursos do MEC.

Já, em 2009, a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, por meio do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), e de oito instituições de ensino superior do Estado, localizadas nas mais diversas regiões, lançou o “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos”, voltado

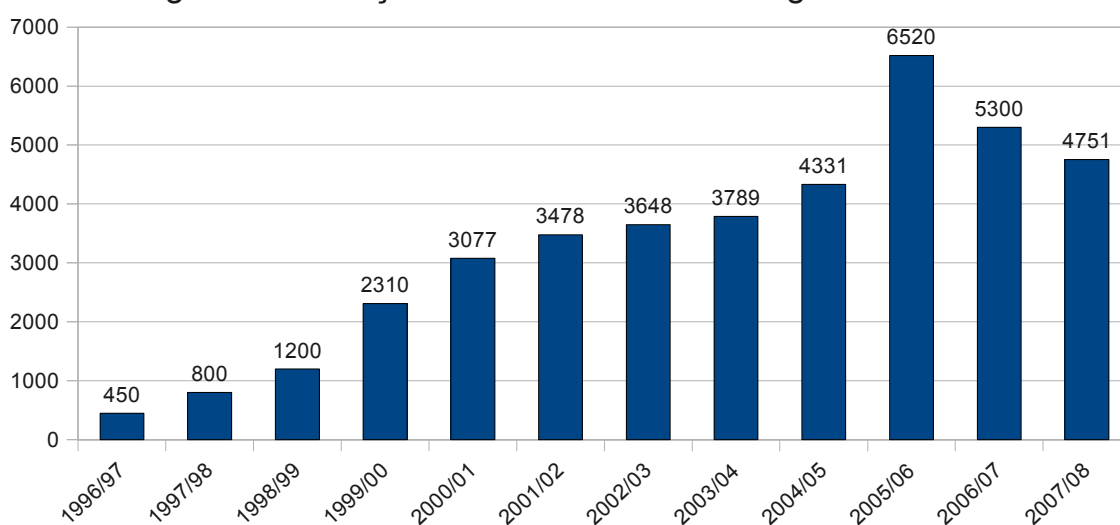
aos pequenos produtores rurais do Estado do Paraná. Este programa objetiva o desenvolvimento de ações que possibilitem a formação de uma rede de apoio à produção de orgânicos. Uma dessas ações consiste na adequação e na certificação de pequenas propriedades rurais e pequenas agroindústrias, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura referentes à produção orgânica.

Outra ação desenvolvida em agroecologia no Paraná é o programa da Itaipu Binacional na bacia Hidrográfica do Paraná 3, onde inclusive o Estado é um dos parceiros.

1.1. PANORAMA ATUAL

No Paraná, a agricultura orgânica é desenvolvida predominantemente em pequenas propriedades de caráter familiar e corresponde a 82% do número total de estabelecimentos rurais e 28% da área. A figura 1 mostra a evolução do número de produtores orgânicos no Paraná – na safra 2007/2008 o número chegou a 4.751. O caso dos produtores no Paraná é caracterizado pelo grande número de assentamentos rurais, reservas indígenas e comunidades de quilombolas, que buscam aplicar os princípios da agroecologia.

Figura 1 - Evolução do Nº de Produtores Orgânicos no PR



Fonte: SEAB/DERAL; EMATER

Outra característica da atividade no Paraná é a organização da sociedade civil. Existem inúmeras ONGs que atuam nessa área reunidas em um Fórum Estadual. Além disso, recentemente o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) instituiu a Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e Agroecologia, que, de forma paritária, congrega entidades governamentais e da sociedade civil organizada, e tem por finalidade propor ações voltadas ao desenvolvimento da agroecologia e da rede de produção orgânica, constituindo-se em um espaço de caráter multissetorial, de debate acerca das questões mais relevantes para o setor no Estado do Paraná.

Devido à sua extensão territorial e topografia, o Paraná possui regiões com condições edafoclimáticas diferentes, o que permite uma produção bastante diversificada, que atende os anseios do segmento consumidor (figura 2). Todavia, ainda há a necessidade de um trabalho de logística visando maior integração entre as regiões.

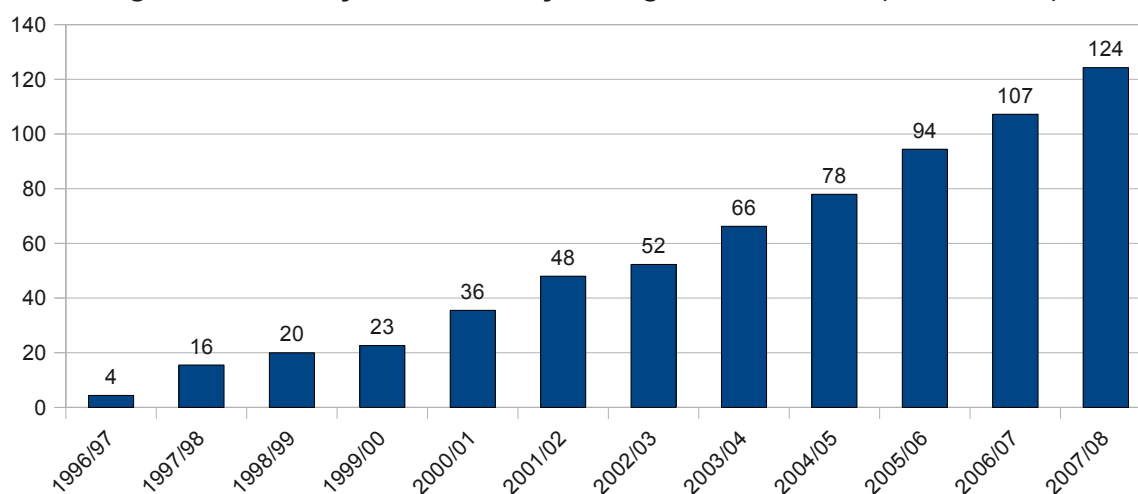
Figura 2 - Distribuição regional da produção orgânica no Paraná



FONTES: SEAB/DERAL; EMATER

De acordo com o último levantamento de campo realizado por profissionais da SEAB/DERAL e EMATER, na última safra (2007/2008), o Paraná produziu cerca de 124 mil toneladas de produtos orgânicos (figura 3). Houve um aumento de aproximadamente 16% em relação ao período anterior. A produção de hortaliças orgânicas apresenta o maior número de agricultores envolvidos e concentra-se em torno das grandes cidades, com destaque para Curitiba, Ponta Grossa, Toledo e União da Vitória. Observam-se polos de produção de cana-de-açúcar nas regiões de Cascavel, Francisco Beltrão, Jacarezinho e Toledo. A região Norte se sobressai na produção de café orgânico, e o litoral na produção de frutas. O cultivo de soja orgânica é destaque nas regiões de Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo. A tecnologia de produção orgânica preconiza a rotação de culturas; no caso específico do milho, a produção está sendo alavancada também pelo crescimento da produção animal, necessária à produção de esterco para compostagem. As maiores regiões produtoras de milho orgânico são Irati, União da Vitória e Francisco Beltrão. O principal produto em área plantada é a soja, mas, em volume de produção, a mandioca assume esta posição. A produção de cana-de-açúcar também é expressiva e é transformada em açúcar mascavo e cachaça.

Figura 3 - Evolução da Produção Orgânica no PR - (em mil ton.)



Fonte: SEAB/DERAL;EMATER

O setor de alimentos orgânicos tende a se fortalecer. A agricultura orgânica, que surgiu como alternativa, hoje é considerada por muitos como uma necessidade. No Paraná, 86% das propriedades rurais têm área inferior a 50 hectares,

por isso, é importante incentivar atividades que permitam obter maior rentabilidade por área. Neste aspecto, sistemas de produção que promovam a diversificação na propriedade familiar, como a olericultura, a fruticultura, a floricultura e a criação de pequenos animais, são opções de renda que podem ser potencializadas nos sistemas de base ecológica. Além disso, o sistema agroecológico se adapta bem a propriedades que buscam se integrar em circuitos de turismo rural, sendo uma opção ao cultivo tradicional de grãos, que exige grande escala de produção.

A legislação ambiental também contribui a favor da agricultura orgânica. Em áreas de mananciais ou de proteção ambiental, a prática da agricultura convencional, que utiliza agrotóxico, é dificultada ou até proibida. A agricultura ecológica busca planejar o espaço rural e produzir alimentos de forma integrada com o ambiente, aproveitando todo seu potencial. Com isso, trabalha o planejamento da paisagem buscando manter florestas onde estas são necessárias, e movimentar o solo somente onde ele permite movimentação. Somado a isso, adota técnicas de produção orgânicas, sem o uso de agrotóxicos. Esses dois fatores fazem com que a agroecologia seja uma excelente alternativa para áreas de mananciais de abastecimento.

As práticas agrícolas baseadas nos princípios da agroecologia têm grande potencial de crescimento, já que os consumidores vêm dando maior atenção à saúde, através do consumo de alimentos saudáveis. Além disso, as mudanças climáticas estão despertando o senso ecológico, o que garante apoio aos sistemas de produção agroecológicos, por terem menores impactos ambientais.

Portanto, como é possível observar, há um crescimento da demanda por parte dos consumidores, que tem impulsionado o crescimento da produção e dos canais e agentes de comercialização de produtos orgânicos, mostrando assim a importância de organização de um programa de governo para propor, articular e apoiar ações fundamentadas nos princípios da agroecologia, visando ao desenvolvimento de políticas públicas, socioambientais, econômicas e tecnológicas para a agricultura paranaense.

1.2. PRINCÍPIOS DO PROGRAMA

O Programa está direcionado por princípios agroecológicos como: o equilíbrio ecológico dos agroecossistemas, por meio do uso de recursos renováveis, localmente acessíveis; a baixa dependência de insumos comerciais; o aproveitamento dos impactos benéficos do meio ambiente local sobre a atividade agrícola ou extrativa florestal e pesqueira; os aspectos socioambientais locais; a manutenção do solo vivo; os métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos; a manutenção em longo prazo da capacidade produtiva dos sistemas agrícolas e extrativo florestal e pesqueiro; a preservação da diversidade biológica e cultural; a incorporação do conhecimento e da cultura da população local; a produção de mercadorias para o consumo interno prioritariamente e para a comercialização com vistas à segurança alimentar e nutricional; as relações equilibradas de gênero e o respeito às diferenças.

Outro aspecto importante que o Programa deve considerar na transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis é o apoio e fortalecimento de iniciativas que visem à transformação de sistemas produtivos agrícolas convencionais, baseados no uso intensivo de agroquímicos (adubos, agrotóxicos e outros insumos industriais), em estilos de produção familiar que incorporem princípios agroecológicos.

Por se tratar de um processo que depende da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização técnica e econômica, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais nas suas próprias relações e em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Assim, segundo o MDA (2006), para respeitar os princípios agroecológicos em consonância com um processo de transição agroecológica, a prática produtiva deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política e o empoderamento dos seus atores, valorizar práticas tradicionais sustentáveis, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável.

O enfoque sistêmico e o conceito de desenvolvimento territorial completam os pressupostos gerais do Programa. Na proposição de ações e parcerias, o Programa deverá considerar as especificidades e os contextos locais, apoiando iniciativas que qualifiquem as dinâmicas locais de produção, buscando a sinergia com os ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais, considerando as relações sociais e a biodiversidade, com respeito às dinâmicas territoriais.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Propor, articular e apoiar ações fundamentadas nos princípios da agroecologia, visando ao desenvolvimento de políticas públicas, socioambientais, econômicas e tecnológicas para a agricultura paranaense.

2.2. ESPECÍFICOS

- Articular e implementar políticas públicas que possam internalizar os princípios da agroecologia em diferentes ações e projetos nas Secretarias de Estado.
- Disponibilizar aos agentes de desenvolvimento local e aos agricultores familiares o instrumental tecnológico e formativo, e a produção de material didático, organizacional e creditício, necessários à transição e consolidação para sistemas agroecológicos e consumo responsável.
- Estimular e intercambiar experiências bem sucedidas em sistemas agroecológicos, por parte de agricultores e suas associações, organizações governamentais e não-governamentais, entidades privadas, escolas técnicas e universidades.
- Sistematizar as diversas experiências de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, disponibilizando esse conhecimento ao público e incentivando a formação de redes locais e regionais.
- Apoiar a organização de novas instituições e atores, visando ampliar e qualificar a oferta de serviços de ATER, pesquisa e desenvolvimento em agroecologia.
- Apoiar as iniciativas de produção e beneficiamento de produtos advindos dos sistemas agroecológicos nas unidades familiares.
- Ampliar a oferta de alimentos de base ecológica nos distintos canais de comercialização, e apoiar a criação e consolidação de mercados locais, de modo que a maior parte da população tenha acesso ao consumo de alimentos saudáveis a preços justos.
- Ampliar a participação de produtos de base ecológica no mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, asilos, creches, entre outros).
- Incentivar a geração de linhas de crédito e cooperativismo;

- Fortalecer ações de educação para o consumo responsável e apoiar a organização e funcionamento de associações de consumidores;
- Incentivar a abertura de chamada de projetos de pesquisa, ensino e extensão, priorizando o enfoque sistêmico, orientados ao fortalecimento de atividades baseadas nos princípios da Agroecologia.

3. DIRETRIZES

Criar procedimentos para readequar a legislação, regularizar e legalizar os processos de transformação de produtos orgânicos e de base ecológica artesanal.

3.1. FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Potencializar os saberes e as atividades da agricultura familiar visando à melhoria das condições de vida e a geração de renda, pelo aumento da qualidade e da oferta dos produtos e serviços.

Estratégias:

- Produzir e disponibilizar materiais pedagógicos a partir dos princípios e experiências agroecológicas.
- Promover, integrar e assegurar a realização de cursos de formação e de capacitação visando à formação de multiplicadores (agricultores familiares, lideranças, professores, agentes de desenvolvimento local), através de programas de governo ligados aos temas Produção orgânica, Educação ambiental, Turismo rural, Legislação e Certificação, Desenvolvimento comunitário e Captação de recursos.
- Incentivar e apoiar a capacitação de agentes de desenvolvimento e agricultores familiares em eventos de produção, beneficiamento, normas e comercialização de produtos orgânicos, visando favorecer a transição e a consolidação para a agroecologia.
- Estimular os centros educacionais e os cursos de formação universitária comprometidos com a agricultura familiar a inserir nos seus projetos curriculares o desenvolvimento de cursos de nível técnico e de especialização.
- Criar ambientes de formação continuada e gestão colaborativa à distância, através de instrumentos de tecnologia de informação.
- Estabelecer parcerias em programas intersecretariais (SEAB, SEED, SETI, SET, SEIM, SEMA, entre outros) para o fortalecimento dos princípios da agroecologia em processos de formação e capacitação.
- Identificar instituições parceiras que promovam a agroecologia, em projetos voltados à produção, pesquisa, validação, transformação e comercialização de produtos.

- Implantar em nível regional “Câmaras Setoriais de Agricultura Orgânica e Agroecologia”, formadas por equipes multidisciplinares de técnicos, professores, lideranças rurais, pesquisadores e especialistas, para a estruturação de propostas de apoio, fomento e implantação de sistemas agroecológicos.
- Promover eventos sobre agroecologia nas diferentes regiões do Estado, com educadores e multiplicadores.
- Desenvolver mecanismos para integração agricultor-consumidor, através de processos de conscientização do público urbano, favorecendo a comercialização e a sustentabilidade econômica da atividade.
- Desenvolver uma rede de divulgação eletrônica com informações atualizadas, de forma continuada, para a promoção dos princípios da agroecologia junto a consumidores e agricultores.
- Apoiar e viabilizar os processos de avaliação da conformidade dos sistemas de produção orgânica-agroecológica por intermédio da capacitação articulada com agricultores familiares, ONGs e OGs sobre mecanismos e garantia da qualidade orgânica, em atendimento às normativas do MAPA.
- Fomentar através de bolsas de estudos e estágios o envolvimento de estudantes de ensino médio, com ênfase na ATER, em convênio com entidades públicas e privadas.

Promover a inclusão da agroecologia nos conteúdos curriculares nas instituições de ensino.

- Reconhecer que as unidades de produção agroecológicas prestam serviços ambientais passíveis de recebimento de benefícios e incentivos fiscais.

3.2. PESQUISA AGROECOLÓGICA

A busca da construção do conhecimento em bases sustentáveis se realiza através do diálogo entre o conhecimento científico e os diferentes saberes. Entre as estratégias de pesquisa que podem ser adotadas estão: o enfoque sistêmico, as redes de pesquisa, a pesquisa participativa e a sistematização de ações e experiências dos agricultores em agroecologia.

Nesse sentido, o Programa deve articular ações de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o processo de transição agroecológica. Isto é fundamental para viabilizar a consolidação de um modelo sustentável de produção agrícola, constituindo-se numa das principais demandas para a pesquisa em agroecologia. A compreensão dos aspectos agrônômicos, biológicos, ecológicos, econômicos e socioculturais envolvidos no redesenho dos sistemas de produção é imprescindível para o sucesso da transição das práticas convencionais para as de base ecológica.

É fundamental que o trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação em agroecologia seja concebido e executado de maneira compartilhada e dialogada com os agricultores e suas respectivas organizações e agentes de assistência técnica, respeitando e incorporando as dinâmicas, experiências e saberes existentes nas diferentes comunidades ao processo de construção do conhecimento sistematizado. Todo esse processo deverá ser realizado por intermédio de métodos participativos e interativos, dentro do conceito de comunicação e construção do conhecimento; ao mesmo tempo, reconhecendo a importância do saber e do conhecimento local.

Estratégias:

- proporcionar condições ao IAPAR e universidades públicas de realização de pesquisas básicas em agroecologia, com suporte de custeio, pessoal e investimento;
- gerenciar junto às instituições de fomento chamadas de projetos orientadas ao fortalecimento de atividades baseadas nos princípios da agroecologia, da agricultura orgânica e dos sistemas agroflorestais, articulando iniciativas de extensão universitária com ações de ATER, visando à validação e apropriação de tecnologias para a agricultura familiar;
- apoiar projetos de pesquisa em redes nos diferentes territórios, para validação e apropriação de tecnologias, buscando a parceria entre instituições de pesquisa e universidades;
- apoiar projetos de pesquisa que privilegiem a saúde do consumidor e do produtor, a segurança alimentar e nutricional;
- estabelecer uma linha de publicações destinadas a socializar os conhecimentos e tecnologias adequadas à agroecologia;

- sistematizar experiência e tecnologia em prol de desenvolver a agroecologia.

3.3. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

No cenário atual, existe uma demanda crescente por produtos saudáveis, ecologicamente corretos e com certificação, decorrente da busca por qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Em função dessas características de mercado, associadas à aprovação da Lei 10.831/03, que regulamenta a agricultura orgânica no Brasil, abrem-se novas oportunidades de mercado.

Segundo IPARDES/IAPAR (2007), no Estado do Paraná o mercado de orgânicos pode ser classificado em: mercado de venda direta, de varejo, de transformação, institucional e mercado externo.

3.3.1. Mercado de Venda Direta

O mercado da venda direta se estrutura basicamente a partir de dois agentes: de um lado, o agricultor familiar – produtor e comerciante – e, de outro, o próprio consumidor. As transações mercantis se dão por meio das relações face a face, sendo a feira o principal canal de comercialização neste mercado.

O Programa Paraná Agroecológico deverá seguir a diretriz de promover o apoio institucional ao mercado de venda direta de produtos. Para tanto, algumas políticas públicas deverão ser implementadas no sentido de:

- apoiar estudos sobre o mercado de venda direta, segundo as particularidades dos sistemas de produção de cada região;
- estimular e apoiar financeiramente (custeio e investimento) a produção, criação e melhoria de estruturas de comercialização para a venda direta em todas as regiões do Paraná, em particular em feiras de produtos orgânicos e de base ecológica, mas também estruturas locais como mercados públicos e outras;
- desenvolver e implementar programas de formação e capacitação em gestão para comercialização, logística e distribuição de produtos;

- estruturar uma rede de informações eletrônicas, acessível e destinada ao intercâmbio de produtos orgânicos e de base ecológica das diferentes regiões do Paraná, para a comercialização no mercado de venda direta;
- apoiar e estimular a diversificação da produção para o abastecimento do mercado de venda direta, segundo as características regionais, com destaque para sistemas de produção animal, fruticultura e produtos beneficiados;
- ampliar o espaço das feiras de produtos orgânicos e de base ecológica com a participação ativa dos governos municipais em articulação interinstitucional com outros atores;
- apoiar a abertura de Mercados Municipais de Produtos Orgânicos, possibilitando a compra durante toda a semana em regiões metropolitanas do Paraná;
- apoiar a abertura de boxes fixos e de lojas de associações e cooperativas de agricultores em mercados públicos, notadamente em municípios de menor porte, mantidos pelas prefeituras e associações;
- apoiar unidades produtivas em roteiros de turismo rural visando estimular o consumo direto e ampliar a divulgação de produtos orgânicos e de base ecológica;
- desenvolver uma marca social paranaense que identifique os produtos orgânicos e de base ecológica e os pontos de venda direta junto aos consumidores;
- estimular através de campanhas a diminuição do uso de embalagens plásticas e incentivar o uso de recicláveis;
- apoiar a ampliação das feiras em instituições públicas, empresas, indústrias e outros espaços semelhantes como forma de beneficiar os produtores/comerciantes e divulgar junto aos consumidores a importância dos produtos orgânicos, agroecológicos e de base ecológica;
- apoiar e incentivar o autoconsumo e as trocas de produtos e serviços entre vizinhos nas propriedades familiares, como forma de mercado justo.

3.3.2. Mercado de Varejo

O mercado de varejo é muito recente em todo o Paraná, tendo se iniciado de maneira mais estável a partir de 2000. Os dois principais canais de comercialização que atuam nas vendas dos produtos são as redes de supermercados e as lojas especializadas, situadas na sua maioria em Curitiba, com

o predomínio das redes de supermercados. No interior do Estado, o mercado de varejo é bem menos relevante.

Como diretriz, o Programa Paraná Agroecológico deverá promover os alimentos e produtos orgânicos e de base ecológica no mercado de varejo. Para tanto, cabe à estrutura de governo:

- estabelecer parcerias com o setor privado para a promoção e divulgação dos produtos orgânicos e de base ecológica, a exemplo da Semana da Alimentação Orgânica;
- estabelecer um canal de comunicação com agentes do mercado de varejo para discussão permanente de restrições e potencialidades dos produtos orgânicos e de base ecológica neste mercado, com a divulgação dos dados da produção;
- apoiar iniciativas de associações/cooperativas de agricultores familiares e/ou consumidores para o estabelecimento de lojas especializadas com produtos orgânicos e de base ecológica em cada região paranaense;
- apoiar os agentes do mercado de varejo em eventos que promovam a importância dos produtos orgânicos e de base ecológica.

3.3.3. Mercado de Transformação

Entende-se por mercado de transformação o conjunto de agricultores e organizações envolvidos na produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos. O objetivo é agregar valor e gerar renda e oportunidades de trabalho em toda a cadeia produtiva.

O que merece ser destacado é a crescente diversidade e quantidade de produtos orgânicos que têm passado por processos de transformação. A presença das associações e cooperativas de agricultores familiares é pequena neste mercado, e, quando transformam os produtos, estes geralmente são destinados ao mercado de venda direta.

O Programa Paraná Agroecológico tem como diretriz apoiar a agricultura familiar no mercado da transformação de produtos orgânicos e de base ecológica.

Estratégias:

- criar mecanismos de apoio e incentivo financeiro à transformação da produção de orgânicos e de base ecológica pelos agricultores familiares;

- implementar ações de capacitação e adequação em processos de transformação de produtos orgânicos e de base ecológica, considerando não somente os processos produtivos, mas também sanitários, de gestão, entre outros, destinados aos agricultores orgânicos;
- apoiar e diversificar a rede de intercâmbio de produtos orgânicos e de base ecológica entre as regiões do Paraná (conforme proposta do mercado de venda direta), estimulando a aquisição de produtos, insumos etc., para os processos de transformação.

3.3.4. Mercado institucional

No mercado institucional, o Estado é um agente fundamental no processo de comercialização de produtos agroalimentares, atuando por meio de programas institucionais que operacionalizam políticas públicas voltadas à "política de segurança alimentar e nutricional".

A diretriz principal do Programa Paraná Agroecológico deve ser incrementar as ações de programas institucionais. Como sugestão de políticas públicas destaca-se:

- ampliar a alimentação escolar orgânica no Paraná;
- desenvolver mecanismos de simplificação nos processos de compra institucionais;
- priorizar nos processos de compras institucionais os produtos orgânicos e de base ecológica;
- ampliar programas institucionais para o atendimento de outros consumidores coletivos, como hospitais, creches, prefeituras, penitenciárias, entre outros.

3.3.5. Mercado externo

No mercado mundial, existe uma demanda crescente por produtos orgânicos passíveis de serem produzidos no Paraná. Alguns produtores e empresas brasileiras que já conseguiram atender às exigências de certificação e padrões de qualidade impostos pelos países importadores estão exportando regularmente produtos orgânicos beneficiados e alguns processados para o atendimento desta demanda insatisfeita.

Diretrizes de Políticas Públicas:

- criar uma unidade de informação e divulgação sobre o acesso ao mercado externo de produtos orgânicos, acessível a todos os agentes, em particular à agricultura familiar e suas organizações;
- estimular as transações mercantis do Mercado Justo e Solidário, desburocratizando os processos de exportação;
- desenvolver e divulgar uma marca social para os produtos orgânicos e de base ecológica no mercado externo;
- atualizar e compatibilizar a oferta e a demanda de produtos orgânicos e de base ecológica para atendimento do mercado produtor-consumidor;
- criar mecanismos de certificação para os padrões internacionais.

3.4. LEGISLAÇÃO

Há a necessidade de construir e adequar uma nova estrutura legal para a implementação e manutenção de sistemas agroecológicos, considerando o saber popular como uma estratégia para o desenvolvimento local. Para tanto, propomos as seguintes diretrizes:

- apoiar a construção de legislação em todos os níveis de governança, municipal, estadual e federal, em relação aos sistemas de produção, transformação e comercialização, além de financiamento da atividade;
- desenvolver processos para a criação de legislação que contemple os sistemas agroecológicos em áreas de mananciais de abastecimento público, nas unidades de conservação e entornos, APP e reserva legal;
- propor adequações na legislação do ICMS Ecológico, para que parte dos recursos que se destinam às administrações municipais seja aplicada em programas municipais de incentivo à agroecologia;
 - apoiar e propor uma legislação estadual que crie uma marca para os produtos orgânicos e de base ecológica.

3.5. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E CONSUMIDORES

Criar oportunidades às comunidades urbanas e rurais e suas representações coletivas para os trabalhos de base ecológica e que potencializam os valores locais.

3.5.1. Organização dos agricultores

Os trabalhos serão direcionados aos agricultores familiares a fim de que atuem segundo os princípios agroecológicos, tendo como objetivo o acesso à cidadania.

Diretrizes:

- fomentar os processos que visem à organização dos agricultores de base ecológica relacionados com a produção, transformação, acondicionamento, transporte e comercialização dos produtos;
- apoiar a organização dos agricultores familiares em reivindicar as melhorias estruturais para o meio rural;
- promover a inserção dos debates sobre os princípios da agroecologia como um instrumento de organização nos territórios.

3.5.2. Organização dos consumidores

Um dos principais desafios de um programa de Estado em agroecologia é tornar o consumidor protagonista e articulador de mudanças. Neste sentido, o conhecimento, a educação para o consumo e a conscientização sobre a importância da agricultura orgânica e de base ecológica se tornam fundamentais.

Diretrizes:

- motivar o consumidor a participar de processos organizativos direcionados ao desenvolvimento da agricultura orgânica e de base ecológica, apoiando os grupos já constituídos e estimulando a formação de novos;
- fortalecer as ações de educação para o consumo responsável, visando ao aumento da comercialização de produtos e serviços, e ao esclarecimento sobre a qualidade dos produtos orgânicos e de base ecológica;

- implementar programas de educação para o consumo como tema nas escolas do ensino fundamental, conforme previsto nos parâmetros curriculares nacionais do Ministério da Educação;
- apoiar a organização e o funcionamento de associações de consumidores no intuito de facilitar a integração entre comunidades rurais e urbanas como uma ferramenta de educação ambiental e agroecológica;
- promover a educação para o consumo responsável em locais de venda de produtos alimentares, visando à conscientização dos consumidores sobre os impactos socioambientais dos seus hábitos de consumo;
- prover recursos específicos para a educação e informação dos consumidores, inclusive com apoio às atividades de educação informal desenvolvidas pelas entidades civis de consumidores e campanhas públicas sobre os direitos dos consumidores;
- realizar estudos sobre estratégias de consumo responsável e de comunicação para aproximar produtores e consumidores;
- sistematizar e divulgar experiências concretas de comercialização e consumo justo e solidário;
- criar processos de formação e intercâmbio para que os procedimentos de autogestão e as estratégias comerciais dos empreendimentos sejam aprimorados;
- estimular as organizações de consumidores para que assumam o desafio de construir relações mais conscientes, justas e solidárias nos mercados.

3.6. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

Para financiar novas ações técnicas e de suporte à atividade, o Programa Paraná Agroecológico pode:

- incentivar a continuidade de programas de financiamento às atividades produtivas dos agricultores, a exemplo das linhas de crédito do Pronaf;
- promover a construção de novos fundos de financiamento para as atividades orgânicas e de base ecológica em todos os níveis de governança – municipal, estadual e federal;
- gestionar junto às agências promotoras dos fundos de financiamento para que disponibilizem recursos aos projetos e estudos que atendam a cadeia produtiva

orgânica e agroecológica, a exemplo do Fundo Setorial dos Recursos Hídricos, do ICMS Ecológico, dos Créditos de Carbono, de Florestamento e Reflorestamento, entre outros;

- promover mecanismos legais para que os agricultores de base ecológica sejam recompensados no cumprimento da legislação do uso dos recursos naturais de sua propriedade;
- atuar no estabelecimento de ações para a criação de fundos, com envolvimento do mercado consumidor e dos agricultores familiares de base ecológica;
- promover a inserção dos temas de financiamento das atividades em eventos técnicos de formação e capacitação.

3.7 GESTÃO DO PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO

O Programa Estadual de Agroecologia tem como princípio a gestão democrática, participativa e socializante, e considera a transversalidade da atividade. A viabilidade do Programa é importante para sua transformação em uma política pública no Estado do Paraná.

No processo de gestão, ocorrerá uma interlocução constante com a Câmara Setorial de Orgânicos e Agroecologia, do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (CEDRAF), considerando-a como instância de governança.

Outros princípios de gestão:

- o reconhecimento de que as diversas experiências desenvolvidas ao longo destes anos, pelos agricultores e técnicos, são fundamentais na formatação do programa estadual;
- o reconhecimento das organizações deste segmento como atores sociais de representação de categorias das diversas formas dos sistemas de produção orgânica e de base ecológica;
- reconhecimento das diversas formas de certificação como análise de conformidades existentes no Estado do Paraná;
- o reconhecimento da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como um instrumento legal que regulamenta a atividade de produção em todo o Estado.

A unidade de gestão do programa estará localizada internamente na SEAB, no Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO), e terá os seguintes instrumentos de gestão:

- a) Plano de Ação Anual;
- b) Orçamento Anual do Programa;
- c) Formulário de Apresentação de Projetos;
- d) Normas de Financiamento do Programa;
- e) Definição de Indicadores de Avaliação do Programa.

4 GLOSSÁRIO

AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA - é aquela que emprega os princípios da agroecologia. Nela não são substituídos apenas os insumos químicos convencionais por aqueles “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos”, mas procura-se trabalhar a agricultura de forma sustentável. Não são seguidas normas, apenas princípios da agroecologia, e a produção não é fiscalizada. Assim, na comercialização há uma relação de confiança entre o consumidor e o produtor, de que o produto é saudável, cultivado de forma ambientalmente correta, econômica e socialmente justa.

AGRICULTURA BIODINÂMICA - desenvolvida por Rudolf Steiner, tem como base central o homem e a união deste com o espírito humano e cósmico. Todos os elementos ambientais agrícolas são integrados, tais como culturas do campo e da horta, pastos, fruticultura, culturas permanentes, florestas, capões arbustivos, mananciais hídricos e várzea, entre outros. A fertilidade permanente nasce a partir da ordenação do organismo agrícola em torno desses elementos, atingindo-se a saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos. Os preparados são utilizados no incremento, dinamização e capacidade intrínseca da planta a ser produtora de nutrientes, seja por mobilização química, transmutação ou transubstanciação do mineral morto, ou harmonização e adequação na reciclagem das sobras da biomassa produzida. Esses preparados apoiam a planta a ser transmissor, receptor e acumulador do intercâmbio da Terra com o Cosmo (SOCIEDADE ANTROPOSÓFICA, 2010).³

Os cultivos podem ser acompanhados por técnicos de certificadoras, como o IBD, recebendo um selo de certificação como produto biodinâmico. O IBD tem seus fundamentos em princípios humanistas, incentivando o comprometimento social dos projetos certificados, e a legislação ambiental, promovendo a recuperação e a conservação do meio ambiente (IBD, 2010).⁴ Este movimento é ligado à IFOAM e tem uma forte atuação na certificação de produtos orgânicos.

³SOCIEDADE ANTROPOSÓFICA. Agricultura biodinâmica Disponível em: <<http://sab.org.br/agric-biod/>>.

Acesso em: 01 mar. 2010

⁴IBD Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. Quem Somos. Disponível em:

<http://www.ibd.com.br/Info_Default.aspx?codigo=quem>. Acesso em: 02 mar. 2010

AGRICULTURA BIOLÓGICA - é um sistema agrícola que procura fornecer ao consumidor alimentos frescos, saborosos e autênticos, respeitando os ciclos de vida naturais. Baseia-se numa série de objetivos e princípios, assim como em práticas comuns desenvolvidas para minimizar o impacto humano sobre o ambiente e assegurar que o sistema agrícola funcione da forma mais natural possível.

De acordo com a IFOAM (2010),⁵ baseia-se nos princípios de: a) saúde mantendo e melhorando a qualidade dos solos, assim como a saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta como organismo uno e indivisível; b) ecologia baseada nos sistemas ecológicos vivos e seus ciclos, trabalhando com eles, imitando-os e contribuindo para a sua sustentabilidade; c) justiça baseando-se em relações justas no que diz respeito ao ambiente comum e às oportunidades de vida; d) precaução devendo ser gerida de uma forma cautelosa e responsável de modo a proteger o ambiente, a saúde e o bem-estar das gerações atuais e daquelas que hão de vir. As práticas incluem (AGRICULTURA BIOLÓGICA, 2010)⁶:

- Rotação de cultura como um pré-requisito para o uso eficiente dos recursos locais;
- Limites muito restritos ao uso de pesticidas e fertilizantes sintéticos, de antibióticos, aditivos alimentares e auxiliares tecnológicos, e outro tipo de produto;
- Proibição absoluta do uso de organismos geneticamente modificados;
- Aproveitamento dos recursos locais, tais como o uso do estrume animal como fertilizante, ou alimentar os animais com produtos da própria exploração;
- Escolha de espécies vegetais e animais resistentes a doenças e adaptadas às condições locais;
- Criação de animais em liberdade e ao ar livre, fornecendo-lhes alimentos produzidos segundo o modo de produção biológico;
- Utilização de práticas de produção animal apropriadas a cada espécie.

⁵IFOAM INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS. Princípios da agricultura biológica. Disponível em: <http://www.ifoam.org/about_ifoam/pdfs/POA_folder_portugese.pdf>. Acesso: em 03 mar. 2010

⁶AGRICULTURA BIOLÓGICA. O que é a agricultura biológica. Disponível em:

<http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming/what-organic_pt>. Acesso em: 05 mar. 2010

Os agricultores, transformadores e importadores biológicos devem cumprir regulamentos para usar o rótulo ou logotipo da União Européia para a Agricultura Biológica ou distinções nacionais equivalentes, cuja qualidade é assegurada por um sistema de inspeção.

AGRICULTURA NATURAL - tem Masanobu Fukuoka como seu precursor e defensor, com experiências desenvolvidas durante mais de 30 anos. Como estratégia deste tipo de agricultura, o homem deve intervir minimamente nos processos da natureza, como a ausência de aração, as capinas, o uso de fertilizantes e pesticidas. Essa proposta dispensa em grande parte um planejamento centralizado do processo produtivo para realizar práticas de manejo, defendendo uma “agricultura da natureza”. A base dessa proposta fundamenta-se na “sucessão natural” de espécies (cereais, leguminosas e frutíferas), as quais são produzidas sem o aporte de insumos externos e sem alterar a base dos ecossistemas locais (PAULUS, 2010).⁷

AGRICULTURA ORGÂNICA - é um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. Alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças (ORMOND *et al.*, 2002).⁸

A agricultura orgânica tem normas a serem seguidas, tais como os produtos permitidos, período de transição do convencional para o orgânico, barreiras para proteger da produção convencional, entre outros. Assim, para o produto ser

⁷ PAULUS, G. Do padrão moderno à agricultura alternativa: Possibilidades de transição. Dissertação de mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Disponível em:

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Do_Padr%C3%A3o_Moderno_%C3%A0_Agricultura_Alternativa.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2010

⁸ ORMOND, J.G.P. et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002

orgânico ele precisa ter um selo, proveniente do processo de certificação realizado por empresas cadastradas para tal.

Entre as agriculturas “alternativas”, a orgânica tem a sua cadeia produtiva bem definida, desde as questões agronômicas até as comerciais.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - pode ser definida como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptativa (REIJNTJES *et al.*, 1992).

AGROECOLOGIA - segundo Altieri (2010a),⁹ é uma ciência ou disciplina científica, com um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar, que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura "sustentável" nas suas diversas manifestações e/ou denominações.

AGROECOSSISTEMAS - segundo Caporal e Costabeber (2010),¹⁰ são as unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. Nestas unidades geográficas e socioculturais é que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, constituindo o espaço onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações.

CONVERSÃO - inicia em um Ponto de Partida no sistema em questão a partir da decisão dos atores envolvidos com a produção. Exige-se elaboração de um diagnóstico que subsidia um planejamento de conversão para chegar no Ponto de Chegada da conversão. Na prática, esse ponto ocorre quando a

⁹ ALTIERI, M. Conceitos do termo agroecologia. Disponível em:

<<http://www.agroecologia.inf.br/conteudo.php?vidcont=34>>. Acesso em: 05 mar. 2010

¹⁰ CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/agroecologiabr/conceitos_de_agroecologia.htm>. Acesso em: 03 mar. 2010

propriedade cumpriu as normas, prazos e legislação em vigor. É o momento em que a produção ou a propriedade inteira está apta a receber o selo orgânico, se assim seu gerente quiser ou necessitar. O ponto de chegada depende exclusivamente dos anseios, potencialidades, relações e limitações de quem está promovendo o processo de transição para a agroecologia.

DESENHO DE AGROECOSSISTEMAS - está baseado na aplicação dos seguintes princípios ecológicos: a) aumentar o reciclado de biomassa e otimizar a disponibilidade e o fluxo balanceado de nutrientes; b) assegurar condições do solo favoráveis para o crescimento das plantas, com o manejo da matéria orgânica, aumentando a atividade biótica do solo; c) minimizar as perdas devidas a fluxos de radiação solar, ar e água mediante o manejo do microclima, colheita de água e o manejo de solo por meio do aumento na cobertura; d) diversificar específica e geneticamente o agroecossistema no tempo e no espaço; e) aumentar as interações biológicas e os sinergismos entre os componentes da biodiversidade, promovendo processos e serviços ecológicos-chave (REIJNTJES, C. *et al.* **Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture.** The Macmillan Press, London, 1992, 250p).

ENFOQUE AGROECOLÓGICO - Para Costabeber e Caporal (2010),⁵ corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, Agronomia, Sociologia, Antropologia, Ciência da Comunicação, Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que sejam mais sustentáveis através do tempo.

Trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem variáveis ou dimensões de primeiro (social, ambiental e econômico), segundo (político e cultural) e terceiro níveis (ética).

PERMACULTURA - para Paulus (2010),¹⁴ é a prática de uma "agricultura da mente", no sentido de ser pensada e planejada conscientemente, tanto em termos

espaciais quanto de evolução da sucessão ecológica. Destaca-se na permacultura:

- Noção de planejamento da permacultura em dois níveis: espacial (zona, setor, fronteira, elevação) e ecológico (diversidade, polivalência, produção de energia);
- Preocupação em usar as fontes de energia de modo a obter a melhor eficiência, seja ela de dentro do sistema ou de fora;
- Inclusão dos animais no sistema, como forma de aproveitamento de pasto e elemento de diversidade da produção;
- Reciclagem de nutrientes e resíduos dentro do sistema;
- Não limitação das funções do meio rural à produção primária: o objetivo, no sentido amplo, é desenvolver uma síntese autossustentável de habitações, paisagismo e espécies animais;
- Não restrição da proposta de intervenção exclusivamente ao espaço físico rural, ampliando para o planejamento de cidades novas e reorganização das já existentes;
- Indicação de estratégias de desenvolvimento local ou regional, que promovam a estabilidade regional e a evolução do comércio regional, reduzindo a dependência de propriedades ou energias distantes.

PESQUISA AGROECOLÓGICA - seus objetivos são a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA - pode ser entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínuo e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente a

busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL e COSTABEBER, 2010).

O conceito de Transição é fundamental, pois segundo o enfoque agroecológico, não se trata de implementar uma *nova revolução*, tampouco de adotar modelos de *conversão* (como nos orgânicos). O que se busca é um *processo de transição*, de construção de tipos/formas de agriculturas mais sustentáveis.

Pode-se classificar os níveis de transição agroecológica em:

1. Incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o consumo de *inputs*;
2. Substituição de insumos e práticas convencionais por “alternativas”;
3. Redesenho de agroecossistemas para que funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos e sociais (GLIEMAN, 2000).